



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1011050-98.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Consórcio**  
 Requerente: **Leandro Henrique Sivieri**  
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

LEANDRO HENRIQUE SIVIERI, qualificado na inicial, ajuizou ação de Procedimento Comum em face de Agraben Administradora de Consórcios Ltda e Novamoto São Carlos Ltda, também qualificados, alegando tenha aderido, em 30/03/2015, ao contrato na modalidade de consórcio de cota 80 do grupo B748, a fim de ser contemplado com uma motocicleta Honda NXR 125 BROS ES, no valor de R\$ 13.063,00, tendo assumido o compromisso de pagar 60 parcelas, de R\$ 284,00, tendo efetuado o pagamento de 11 parcelas, no valor total de R\$ 3.124,00, porém foi comunicado da suspensão do consórcio pela liquidação extrajudicial da administradora, comparecendo a *Novamoto Veículos* a fim de requerer seus direitos, contudo, não obteve êxito, alegando, neste momento, a solidariedade sobre a responsabilidade do consórcio entre as requeridas, além de que a suspensão por tempo indeterminado do consórcio é suficiente para caracterizar o descumprimento contratual, por culpa exclusiva das rés, requerendo a rescisão contratual e a restituição dos valores pagos, no valor de R\$ 3.124,00, atualizado desde o desembolso e juros legais desde a citação.

A requerida, Agraben Administradora de Consórcios Ltda, contestou a ação, arguindo, em preliminar, a falta de interesse de agir, pelo motivo de o autor não ter se habilitado na liquidação extrajudicial em processo, não havendo, assim, resistência da requerida. No mérito, alegou que a restituição de valores deve observar as disposições contratuais, as quais proíbem a restituição de valores pagos a título de taxa de administração, fundo comum do grupo, multa, juros e seguro de vida, devendo apenas ser restituído o valor de R\$ 1.526,33, além disso, argumenta ser indevida a aplicação de juros de mora sobre os débitos da massa liquidanda, por vedação da lei 6.024/74 e caso seja condenada na restituição dos valores, deverá o autor observar o procedimento de habilitação de crédito, sobre os danos morais, alegou que descumprimentos contratuais não são suficientes para causarem danos morais ao indivíduo, não estando demonstrados os danos, mas apenas alegados, requerendo, por fim, a improcedência da ação e a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

A requerida, *Novamoto*, devidamente citada, deixou de apresentar a contestação.

O autor manifestou-se, requerendo a aplicação dos efeitos da revelia à ré *Novamoto*. Com relação à contestação da ré, *Agraben*, afirmou que a preliminar de falta de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

interesse não deve prosperar, pois há evidente resistência da requerida, no mérito, afirma que no caso houve o descumprimento contratual da ré, contrato este que alega se típico contrato de adesão, sendo que suas disposições sobre as restituições de valores não são razoáveis, e, assim, deve ser ressarcido integralmente, também afirma serem legais a incidência de juros.

É o relatório.

DECIDO.

Preliminarmente, cumpre considerar não caiba a concessão dos benefícios da justiça gratuita à ré *Agraben*, porquanto, apesar em regime de liquidação extrajudicial, não haja demonstração de insuficiência de recursos para arcar com os encargos processuais, sendo nesse sentido a jurisprudência: *"JUSTIÇA GRATUITA - Pretensão de reforma do indeferimento – Empresa em liquidação extrajudicial – Situação de liquidando que, por si só, não autoriza a concessão do benefício – Necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com os encargos processuais – Inteligência da Súmula 481, do Superior Tribunal de Justiça – Hipótese em que não logrou a apelante demonstrar sua efetiva necessidade"*<sup>1</sup>.

Como preliminar aventada pelo requerido, não é possível a aplicação dos efeitos da revelia de forma ampla com relação à ré *Novamoto*, porquanto se esbarra na exceção disposta no inciso I, do art. 345, do CPC: *"havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;"*. Contudo, no que tange às questões reservadas apenas à *Novamoto*, e não impugnadas nos autos, logicamente, serão levadas em consideração.

Assim, cumpre assentar a legitimidade passiva da ré *Novamoto* a ser solidariamente responsável pelo consórcio em questão.

Ocorre que se cuida, na espécie, de uma típica relação de consumo, à qual aplicável o disposto no art. 20 do Código de Defesa do Consumidor, a qual *"instituiu uma solidariedade legal em toda a cadeia de fornecedores, organizados para servir ao consumidor"*, e, desse modo, *"Cabe ao consumidor a escolha contra quem irá reclamar"*, pois *"quando o caso é de serviços prestados por muitos fornecedores (unidos entre si ou não), o dever legal de qualidade é de todos"* (cf. CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM<sup>23</sup>).

Ora, os documentos de fls. 24/25 deixam manifestamente claro que a ré *Novamoto* não apenas intermediava a venda dos contratos, mas era de fato quem promovia esse consórcio, amparada na personalidade jurídica distinta da administradora e também ré *Agraben*, cuja premiação era obrigatoriamente voltada à venda de motocicletas no estabelecimento comercial da ré *Novamoto*, razão pela qual a condição de *encadeamento de fornecedores* para a conclusão do negócio de venda está suficientemente demonstrada, impondo a aplicação do disposto no referido art. 20 do Código de Defesa do Consumidor.

Há, portanto, solidariedade ditada pela lei, que deverá ser observada caso procedente a ação pelo seu mérito.

Ainda em relação às preliminares, cumpre igualmente rejeitada a alegação

<sup>1</sup> *idem*.

<sup>2</sup> CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 2004, RT-SP, p. 569.

<sup>3</sup> CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 2004, RT, SP, p. 310.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

de falta de interesse de agir do autor, na medida em que a resistência de ambas as rés em proceder à restituição dos valores desembolsados pelo autor é mais que clara, com o devido respeito.

Valha-nos lembrar, a possibilidade de que o autor realize a habilitação do seu crédito junto à Massa Liquidanda da ré *Agrobens*, atualmente em regime especial de liquidação extrajudicial, não importa em que deve observar o mesmo procedimento em relação à devedora solidária *Novamoto*, razão pela qual rejeito a preliminar de falta de interesse.

No mérito, resta incontroversa a existência do contrato de consórcio bem como sua suspensão, com a consequência da não contemplação do autor enquanto consorciado, não obstante viesse ele cumprindo regulamente sua obrigação em relação aos pagamentos das parcelas, de modo a tornar forçosa a conclusão de que o inadimplemento ocorreu por culpa exclusiva das rés, que devem, assim, restituir integralmente os valores pagos pelo consorciado, nos termos do que vem decidindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: *"RESTITUIÇÃO DAS QUANTIAS PAGAS – Valores que devem ser objeto de devolução integral, ante o manifesto inadimplemento contratual da administradora de consórcios"*<sup>4</sup>.

A restituição é, portanto, devida, nos termos do que o próprio autor liquidou, no valor de R\$ 3.124,00, o qual, não tendo sido impugnado pelas rés, fica acolhido.

A correção monetária deverá ser contada pelo índice do INPC da data dos respectivos desembolsos e os juros de mora de 1,0% ao mês a contar da citação.

Não merece acolhimento, vez mais com o devido respeito, a tese de não incidência desses juros de mora, mesmo em relação à ré *Agrabens* e sua condição de Massa Liquidanda, na medida em que a própria Lei nº 6.024/74 condiciona a não incidência desses juros à inexistência de ativo suficiente para o pagamento, questão que somente em sede de execução poderá ser analisada.

A propósito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: *"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ENCARGOS MORATÓRIOS. PRECEDENTES DA CORTE. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. 1.-"Ajuizada ação de adimplemento de obrigação descumprida pela empresa em liquidação, incide a regra processual sobre a mora (art. 219 CPC) e, como consequência, fluem os juros moratórios desde a citação válida" (REsp 48.606/SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, DJ 29/08/1994)"*<sup>5</sup>.

As rés sucumbem de modo que deverão arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, DOU POR RESCINDIDO o contrato de consórcio nº 60, Grupo B748, Cota 80, tendo por objeto Honda NXR 125 BROS ES, no valor de R\$ 13.063,00, firmado entre as rés AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA e NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA e o

<sup>4</sup> (Apelação 0044063-81.2012.8.26.0005; Relator(a): Claudia Grieco Tabosa Pessoa; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 24ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 05/11/2015; Data de registro: 09/11/2015)

<sup>5</sup> *idem*.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

autor LEANDRO HENRIQUE SIVIERI, em 30/03/2015, e em consequência CONDENO as rés AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA e NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA, solidariamente, a restituir ao autor LEANDRO HENRIQUE SIVIERI o valor de R\$ 3.124,00 (*três mil, cento e vinte e quatro reais*), com correção monetária pelo índice do INPC a partir dos respectivos desembolso, e juros moratórios de 1%, ao mês a contar da citação, e CONDENO as rés ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P.Int.

São Carlos, 17 de março de 2017.

**Vilson Palaro Júnior**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**